

Preposição: uma categoria intermediária no continuum léxico > gramática¹

*Preposition: an intermediate category in the continuum
lexicon > grammar*

Sueli Maria Coelho

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)
sucoelho@ufmg.br

Recebido: 15/02/2024

Aceite: 27/05/2024

Publicado: 23/12/2024

ABSTRACT: From a cognitivist and multisystemic perspective on the conception of language, this article revisits the class of prepositions in Portuguese, re-discussing their concept and their traditional categorization in terms of form and function. The core of the discussion consists of a proposal to categorize the eleven most productive essential prepositions in Portuguese according to the prototype of the items, defined based on a matrix of features that combines categorical criteria (degree of grammaticalization), syntactic (transitivity potential) and cognitive (representation concrete and metaphorical space). In this analysis methodology, the most prototypical examples of the class are those that combine the greatest number of features in the matrix, while the most peripheral are those that present fewer features that define the category. The results obtained indicate a specialization in the use of the most peripheral exemplars in the affix function.

KEYWORDS: Preposition; Cognitive Linguistics; Categorization; Portuguese.

RESUMO: A partir de uma perspectiva cognitivista e multissistêmica de concepção de língua(gem), neste artigo revisita-se a classe das preposições no português, discutindo seu conceito e sua tradicional categorização quanto à forma e quanto à função. O cerne da discussão consiste numa proposição de categorização das onze preposições essenciais mais produtivas do português segundo a prototipia dos itens, definida com base numa matriz de traços que combina critérios categoriais (grau de gramaticalização), sintáticos (potencial de transitividade) e cognitivos (representação espacial concreta e metafórica). Nessa metodologia de análise, os exemplares mais prototípicos da classe são aqueles que combinam o maior número de traços na matriz, ao passo que os mais periféricos são aqueles que apresentam menos traços definidores da categoria. Os resultados obtidos sinalizam para uma especialização de uso dos exemplares mais periféricos na função de afixo.

PALAVRAS-CHAVE: Preposição; Linguística Cognitiva; Categorização; Português.

¹ A pesquisa que deu origem a este artigo resulta de um estudo mais amplo sobre a classe das preposições desenvolvido durante um estágio de pós-doutoramento na Universidade Estadual de Campinas, sob a supervisão do Prof. Ataliba Teixeira de Castilho.

Introdução

Neste texto, propomo-nos a refletir acerca de uma classe de palavras cuja descrição se fez de modo bastante sucinto na tradição gramatical, mas que, no âmbito das pesquisas linguísticas, tem tido sua importância funcional desvelada e atraído os olhares de vários pesquisadores, em diversas perspectivas teóricas. Trata-se da *classe das preposições*, que será aqui abordada numa concepção cognitivista e multissistêmica de língua(gem). Segundo a abordagem cognitivista, “os significados codificados na linguagem se relacionam e refletem nosso sistema conceitual, que constitui nossa ‘representação’ da realidade” (Tyler e Evans, 2003: X, tradução nossa²). Tal como defendido por Fauconnier (1997), por Jackendoff (1983, 1987, 1990, 1992) e por Langacker (1987, 1991), nossa percepção da realidade é construída com base nas nossas experiências na interação com o mundo físico-espacial que habitamos e mediada por nosso sistema perceptivo. Sob esse ponto de vista, busca-se uma visão integradora do fenômeno da linguagem segundo a qual a mente “não é separada do corpo. Ao contrário, o pensamento é *corporificado* no sentido de que a sua estrutura e a sua organização estão diretamente associadas à estrutura de nosso corpo, bem como às nossas restrições de percepção e de movimento no espaço” (Martelotta e Palomanes, 2009: 181). Esse entendimento conduz à máxima de que o espaço é o domínio básico da experiência humana, sendo, portanto, fonte para entender os demais domínios abstratos que dele se originam por meio de processos de extensão metafórica. Nesse viés, o significado “não tem nada a ver com a relação de pareamento entre linguagem e mundo. [...] A significação linguística emerge de nossas significações corpóreas, dos movimentos de nossos corpos em interação com o meio que nos circunda” (Oliveira, 2001: 34) e se amplia a partir de operações cognitivas de transferência de significados entre domínios de abstração gradativa. Em face disso, a perspectiva cognitivista mostra-se bastante apropriada para estudar as preposições, já que “seu sentido de base é reconhecível quando elas expressam as

² Do original: “[...] the meanings encoded in language relate to and reflect our conceptual system, which constitutes our ‘representation’ of reality.” (Tyler e Evans, 2003: X)

categorias POSIÇÃO NO ESPAÇO, DESLOCAMENTO NO ESPAÇO e DISTÂNCIA NO ESPAÇO” (Castilho, 2010: 585).

Justificada a opção pelo quadro teórico cognitivista para abordar o tema de que nos ocupamos neste artigo, resta-nos fazê-lo também no que tange à concepção multissistêmica de língua(gem). Estamos assumindo, com base em Castilho (2007, 2009a, 2009b, 2010), que a língua é um sistema dinâmico e, como tal, complexo; “um conjunto de categorias agrupadas simultaneamente em quatro subsistemas: (1) Léxico, (2) Discurso, (3) Semântica, (4) Gramática” (Castilho, 2009: 129, tradução nossa³), os quais operam autonomamente no sentido de que não se pressupõe nenhuma hierarquia entre eles, o que implica admitir, portanto, que não há subsistema central nem periférico. Sob esse prisma, o que é “central na língua é o *dispositivo sociocognitivo* que rege os sistemas, fazendo de cada um deles uma forma de representação das categorias cognitivas” (Castilho, 2010: 83, itálicos do autor). Considerando-se a inquestionável dinamicidade do sistema linguístico como um todo, há de se admitir a inerência da mudança, que afeta igualmente cada um desses quatro subsistemas por meio de seus respectivos processos de inovação: lexicalização, discursivização, semantização e gramaticalização. Em se tratando da classe das preposições, os processos mais produtivos são a semantização e a gramaticalização, motivo pelo qual serão referidos ao longo deste texto quando se fizer pertinente.

Como já anunciado, nosso objetivo geral nos domínios deste artigo é trazer à baila reflexões acerca da classe das preposições, buscando transcender a noção de que tais palavras invariáveis constituem uma classe fechada cuja função é meramente relacional. No bojo desse propósito mais amplo, intentamos apresentar uma categorização original para a classe das preposições no quadro da Linguística Cognitiva, propondo uma matriz de traços conceptuais e estruturais definidores da categoria, a partir da qual buscamos estabelecer os exemplares mais prototípicos do conjunto. Iniciaremos nossa tarefa pela conceituação de nosso objeto de estudo, bem como por sua tradicional categorização (cf. seção 1). A partir da análise das limitações que tal categorização impõe à classe, propomos, na segunda seção, uma

³ Do original: “[Language-as-a-product] is a set of categories grouped together at the same time in four subsystems: (1) Lexicon (2) Discourse (3) Semantics (4) Grammar” (Castilho, 2009: 129).

matriz de traços que combina critérios categoriais, sintáticos e cognitivos, com vistas a delinear efeitos de prototipicidade no inventário das preposições. Isso posto, passamos à síntese de nossas reflexões, apontando para perspectivas futuras de investigação sobre o tema, sobretudo à luz dos resultados alcançados.

1. Preposição: conceito e categorização

O termo *aposição* refere-se a um processo de combinação de constituintes que consiste em apor, por intermédio de uma partícula subordinante, um constituinte da oração a outro, de tal modo que entre eles se estabeleça uma relação de regência. Quando esses liames de subordinação se posicionam *antes* da regência, isto é, *antecedem o termo regido*, temos a *preposição*; quando, ao contrário, eles se colocam *após o termo regido*, ocorre a *posposição*. Assim, o termo *preposição*, empregado para nomear uma das dez classes de palavras do português, foi cunhado por extensão com o processo de ordenação de constituintes de que participa e indica, portanto, que, nessa língua, assim como em várias outras da família indo-europeia, a regência segue imediatamente a partícula subordinante: *Cheguei ao meu destino; tenho medo de tempestade*. Essa breve reflexão acerca da etimologia do termo *preposição* já nos permite extrair, ao menos, duas generalizações importantes a respeito da classe: (i) nem todas as línguas possuem preposição; (ii) a preposição não é uma mera partícula de ligação, mas sim um operador sintático de subordinação e, como tal, uma categoria predicadora que pode, portanto, atuar como núcleo de sintagma⁴. Cabe-nos, então, analisar algumas implicações de tais generalizações. Considerando a demonstrada propriedade predicadora da preposição e sua inexistência em alguns sistemas linguísticos, há de se inquirir, primeiramente, de que modo tais sistemas expressam as relações codificadas pelas preposições em contextos semelhantes. Segundo

⁴ Eis a principal propriedade que separa a classe das preposições da classe das conjunções. “Tanto as preposições como as conjunções são palavras de ligação, são invariáveis e não podem funcionar como elementos frásicos. Contudo, as preposições distinguem-se das conjunções pela sua capacidade de regência e por serem semanticamente a expressão de uma dada relação (al. Verhältniswort: “palavra de **relação**”)” (Vilela e Koch, 2001: 256, negrito dos autores, sublinhado nosso).

Saint-Dizier (2006), na ausência de preposição, as relações são codificadas por meio de marcas morfológicas, tais como morfemas de caso ou afixos, a exemplo do que ocorria no latim clássico⁵. Na avaliação desse teórico, “o fato de casos ou de outros morfemas e afixos serem empregados em algumas línguas ao invés de preposições indica que as preposições têm relações específicas com outros tipos de mecanismos linguísticos” (Saint-Dizier, 2006: 2, tradução nossa⁶). Parece ter sido essa também a intuição de Sapir, citado por Câmara Jr. (1989 [1941]: 128), para quem a preposição é um morfema que expressa uma “relação pura”, assim como “os casos nominativo e acusativo nas línguas clássicas (ditos casos “gramaticais”)”. Bagno (2011), ao tratar do tema, relaciona a riqueza dos sistemas de caso das línguas ao modo como realizam aposições. Segundo o autor,

línguas com sistemas de caso mais limitados tendem a ter somente casos gramaticais (acusativo, ergativo, genitivo, dativo, etc.) e, portanto, nenhuma aposição gramatical.⁷ [...] Assim, as línguas podem usar casos em lugar de aposições gramaticais, e nomes relacionais no lugar de aposições concretas (p. 855, *italico do autor*).

Fato é que, independentemente de a língua recorrer a caso ou a nome relacional para codificar suas relações de aposição, tais relações exercem na oração funções predicativas que vão das mais concretas (Moro *em* Belo Horizonte) às mais abstratas (Estávamos *em* 1902 e não pensávamos *em* tecnologia de ponta para

⁵ Segundo Luraghi (2003:11), “cases and prepositions encode grammatical relations and semantic roles of nominal constituents. Cases are sometimes thought to be ‘more grammatical’ than prepositions [...] Especially when encoding grammatical relations, cases and prepositions are often considered purely distinctive markers, without an autonomous semantic content”. Ela observa que, mesmo no sistema de casos, existem níveis distintos de abstração: “based on the frequency with which a certain case encodes a grammatical relation or an SR [semantic relation], Indo-Europeanists traditionally distinguish between ‘grammatical’ and ‘concrete’ cases. In the classification of Kurylowicz (1964), grammatical cases are those whose primary function is to encode a grammatical relation, while concrete cases are those that most frequently encode SRs. Grammatical cases can occasionally have concrete uses for example, the Greek accusative, a grammatical case whose primary function is to encode direct object, can occasionally express Direction, i.e. encode an SR” (p. 14).

⁶ Do original: “The fact that cases or other morphemes or affixes are used in some languages instead of prepositions indicates that prepositions have specific relations with other types of linguistic mechanisms” (Saint-Dizier, 2006: p. 2).

⁷ De um ponto de vista semântico, o autor distingue *aposições gramaticais*, aquelas “que exprimem relações sintáticas muito abstratas” (p. 854), ou “puras”, nos termos de Sapir, de *aposições concretas*, “assim chamadas porque indicam sempre uma localização definida” (Bagno, 2011: 854). As aposições gramaticais são expansões das aposições concretas decorrentes de processos de gramaticalização.

tratar doenças.). Esse *continuum* de abstração se reflete conseqüentemente no tipo de relação predicativa estabelecido pelas preposições. Assim, enquanto no português há aquelas que são naturalmente dotadas da capacidade de seleção argumental, sendo, por isso, predicativas por excelência (*contra X*, por exemplo), outras há que funcionam no escopo da marcação de funções sintáticas (casos gramaticais), como o objeto indireto, por exemplo (dar *X a Y*), desempenhando funções predicativas apenas quando combinadas com predicadores verbais (ir *a X*). Decorre, portanto, dessa propriedade da classe a descrição de Dubois (1997 [1973]: 483), segundo a qual “as preposições traduzem [...] relações gramaticais e espaço-temporais”. Tal descrição, aliada à propriedade predicadora da espécie, atesta a multifuncionalidade dessa categoria linguística e evidencia que o entendimento de que as preposições são partículas de união convencionalmente esvaziadas de significação⁸ é demasiado reducionista e, como tal, equivocado. De acordo com Saint-Dizier (2006), são variados os papéis dessas “pequenas notáveis”, nos termos de Bagno (2011):

Preposições podem primeiramente ser vistas como uma **categoria funcional** na sintaxe: elas são núcleo de sintagmas preposicionados. A preposição, então, domina hierarquicamente o sintagma nominal. Preposições também podem ser vistas como uma **relação semântica** entre uma estrutura que a precede (por exemplo, um verbo) e outra que a segue (por exemplo, um sintagma nominal). Essa relação pode ser representada como uma relação conceitual [...]. Finalmente, as preposições podem ser vistas como uma **categoria lexical** que impõe tanto seleção categorial (nível da estrutura) quanto seleção semântica (restrição no nível semântico) (Saint-Dizier, 2006: 2, tradução nossa⁹, negritos do autor).

⁸ Luraghi (2003: 11) avalia que as formas gramaticais, categoria a que pertencem as preposições, também são portadoras de significado e assim as compara em relação às formas lexicais: “the substance of their meaning is not different from the substance of lexical meaning: the difference lies in the degree of abstractness, rather than in substance”, concepção de que compartilhamos. Visão semelhante tem Castilho (2010: 583), para quem “cada preposição tem um sentido de base, de localização espacial ou temporal”.

⁹ Do original: “Prepositions can first be viewed as a functional category in syntax: they are heads of prepositional phrases. The preposition then hierarchically dominates the noun phrase. Prepositions can also be viewed as a semantic relation between a structure that precedes it (e.g. a verb) and another one that follows it (e.g. an NP). This relation can be represented as a conceptual relation [...]. Finally, prepositions can be viewed as a lexical category that imposes both a categorial (structure level) and a semantic selection (semantic restriction level)” (Saint-Dizier, 2006: 2).

Castilho (2010: 583) agrega a essas funções uma quarta, ligada ao discurso: “acréscimo de informações secundárias ao texto e organização do texto, no caso das construções de tópico preposicionado”. Essa polivalência funcional decorre do fato de que a preposição transita por duas categorias – lexical e funcional –, o que lhe confere um estatuto de categoria intermediária que, se não concebida numa perspectiva multissistêmica, suscita um problema teórico, já que os atributos lexical e funcional tendem a ser evocados para opor dicotomicamente léxico e gramática, delimitando-se as preposições aos domínios da gramática em função, entre outros, do alegado e controverso esvaziamento semântico da classe. Essa visão dicotômica e polarizada do sistema linguístico não se conforma à concepção da teoria cognitivista de estudo da língua(gem). De acordo com Langacker (2009), na perspectiva da gramática cognitiva, léxico e gramática são concebidos como um *continuum* e, nessa visão, as preposições são categorias de *status* intermediário em, ao menos, três dimensões:

primeiro [...] elas são intermediárias em relação ao *continuum* léxico-gramática. Segundo, elas são intermediárias em termos de categoria gramatical, em que nome e verbo representam a oposição máxima. Finalmente, preposições têm *status* intermediário no que diz respeito à escala de distância e aos reinos ativo *versus* circunstancial¹⁰ (Langacker, 2009: 25, tradução nossa¹¹).

Além do benefício de neutralizar a aludida inconsistência teórica e de propiciar uma descrição mais condizente com a relevância do papel relacional¹² e predicativo desempenhado pela preposição, a abordagem cognitivista e multissistêmica nos permite ainda admitir que tanto o léxico quanto a gramática são passíveis de incorporações, ainda que em graus distintos de produtividade, o que

¹⁰ Na proposta do autor, pautada na experiência humana, o reino ativo é aquele da ação, da mudança e da força, onde as criaturas agem deliberadamente no mundo. Contrariamente, o reino circunstancial é aquele das configurações, das localizações e das situações estáticas, onde objetos com propriedades estáveis são organizados de modo particular.

¹¹ Do original: “First [...] they are intermediate in regard to the lexicon-grammar continuum. Second, they are intermediate in terms of grammatical category, where noun and verb represent a maximal opposition. Finally, prepositions have intermediate status with respect to the distance scale and the active vs.circumstantial realms” (Langacker, 2009: 25)

¹² Na perspectiva cognitivista, “as preposições são entendidas como expressões relacionais, já que expressam como o conceitualizador configura as partes que constituem uma cena espacial com respeito a outra” (Cifuentes Hornrubia, 2001, *apud* Castilho, 2010: 584).

implica reconhecer que as preposições não constituem uma classe aberta, tampouco estritamente fechada. Nesse sentido,

da mesma forma que as demais categorias predicativas, as preposições têm restrições de tipo em seus argumentos, atribuem papel temático e têm conteúdo semântico, possivelmente subespecificado. A única diferença em relação às outras categorias de classe aberta, como nomes, verbos ou adjetivos é que elas não têm qualquer morfologia (Saint-Dizier, 2006: 2, tradução nossa¹³),

o que lhes rende o atributo de *palavras invariáveis*. Tal invariabilidade é um resquício de seu processo de gramaticalização, já que a maioria delas são formas gramaticalizadas de antigos advérbios locativos.

1.1. Preposições essenciais e acidentais: uma categorização pautada na função

A tradicional distinção da classe entre *preposições essenciais* e *preposições acidentais*, embora não explicitamente posta, é um legado da tradição filosófica dos estudos gramaticais, mais precisamente dos conceitos de *substância* (*essência*) e de *acidente*.

Toda e qualquer língua humana, para cumprir a tarefa de simbolização e expressão do mundo e das experiências reais e/ou virtuais - e é para isso que os seres humanos desenvolveram a linguagem -, tem que poder enunciar o que é essencial e o que é acidental, o que é estático e o que é dinâmico (Bagno, 2011: 408).

Fica claro, pois, que o critério referido é de natureza semântica, pautado em traços [\pm dinâmico], [\pm estático], e não se conforma com um critério aparentemente histórico em que se apoiam alguns gramáticos que concebem como essenciais palavras que “sempre foram preposições” por oposição a palavras de outras classes gramaticais que “acidentalmente funcionam” como preposições. O critério

¹³ Do original: “Similarly to the other predicative categories, prepositions have type restrictions on their arguments, they assign thematic roles, and they have a semantic content, possibly underspecified. The only difference with the other open-class categories like nouns, verbs or adjectives is that they do not have any morphology” (Saint-Dizier, 2006: 2).

semântico seria apropriadamente aplicável, nesses casos, considerando-se que alguns integrantes da classe das preposições, em sua essência, são estáticos, no sentido de que não apresentam características funcionais que lhes permitam atuar em outra classe e, por isso, são ditos *essenciais*, ao passo que outros, em razão de seu estágio de gramaticalização, dispõem de determinadas propriedades que lhes permitem integrar ora a classe das preposições, ora a classe de onde provieram, daí serem denominados, em função dessa dinamicidade funcional, *acidentais*.

Parece-nos, contudo, ser possível refinar um pouco mais essa categorização, combinando o critério semântico ora exposto com um critério sintático, o que se mostra compatível com a multifuncionalidade da classe. Considerando se tratar, como demonstrado, de uma categoria subordinante com encargo predicativo, espera-se que a função genuína da preposição seja reger a introdução de um termo integrante, exigido que é pela predicação. Nesse caso, “o complemento natural e não marcado de uma preposição é o sintagma nominal” (Renzi *et al.*, 2001: 523, tradução nossa¹⁴), mas esse complemento pode ser satisfeito também, ainda que de forma menos produtiva, por um sintagma verbal (*gosta de estudar*), por um sintagma adverbial (*foi para dentro*) ou por um sintagma oracional (*necessidade de que o apoiem*). Além disso, dada a potencialidade da preposição para operar em diferentes ambientes sintáticos, ela pode atuar ainda fora desse escopo, introduzindo termo acessório. Essa potencialidade parece decorrer do próprio processo de combinação de constituintes de que as preposições participam, já que, de acordo com Hagège (2010), citado por Brenda (2014), por meio dele, as palavras “relacionam duas partes da sentença: o complemento de uma aposição e o *predicador* dessa sentença ou um nome não-predicativo” (p. 59, tradução nossa¹⁵, itálicos nossos). A duplicidade funcional decorrente de tal propriedade não é exclusiva do português, mas padrão recorrente em outras línguas românicas. Na língua italiana, os sintagmas preposicionados são classificados segundo o tipo de preposição que os encabeça. Conforme Renzi *et al.* (2001), as preposições

¹⁴ Do original: “Il complemento naturale e non marcato di una preposizione è il sintagma nominale [...]” (Renzi *et al.*, 2001: 523).

¹⁵ Do original: “Hagège (2010:1) defines adpositions as words which can form adpositional phrases and which relate two parts of a sentence: the complement of the adposition and the predicate of this sentence or a non-predicative noun” (Brenda, 2014: 59).

“próprias” ou “primárias” introduzem complemento, ao passo que as preposições ditas “impróprias”, “secundárias” ou “adverbiais” não introduzem complementos, mas usos tradicionalmente definidos como adverbiais, o que corresponderia, em termos sintáticos, aos adjuntos ou modificadores¹⁶. No português, não distinguimos as preposições em dois grupos distintos conforme sua função predicadora, como no italiano, até porque, segundo Neves (2018: 730), “todas as PREPOSIÇÕES que existem em português podem funcionar fora do sistema de transitividade, ou seja, todas elas podem introduzir adjuntos, mas nem todas funcionam no sistema de transitividade, ou seja, nem todas elas introduzem complementos¹⁷”. Diante disso, parece-nos possível dilatar o escopo da classificação *essencial* e *acidental* agregando ao traço semântico da dinamicidade o traço sintático da seleção argumental. Nessa óptica, seriam *essenciais* aquelas preposições que, para além de introduzirem adjuntos, podem introduzir complementos; por seu turno, o grupo das *acidentais* seria composto por aquelas preposições que funcionam apenas fora do sistema de transitividade, isto é, introduzindo adjuntos ou modificadores, casos em que atuariam como *transpositores*, nos termos propostos por Bechara (1999).

Num primeiro momento, essa propositura se mostra econômica do ponto de vista descritivo, por congregar uma tendência das línguas românicas na medida em que encontra eco também na sintaxe do espanhol. Nesta língua, abrigam-se sob o rótulo de *preposições imperfeitas*

um conjunto de partículas que habitualmente não se classificam dentro do grupo das preposições, mas que apresentam semelhança com esta classe

¹⁶ “Opor complementos a adjuntos é uma prática corrente nas descrições gramaticais das línguas indo-européias. A despeito das muitas dificuldades teóricas que cercam essa distinção, ela é sustentada basicamente pelo pressuposto de que, na estrutura da oração, certos constituintes - *complementos* - são necessários, isto é, ‘exigidos’ pelos termos regentes [predicadores/núcleos] (que sem eles ficariam ‘incompletos’), enquanto outros - *adjuntos* - são acessórios, isto é, acrescentados ‘facultativamente’ às construções” (Azeredo, 1999: 77). O fato de os adjuntos serem termos sintaticamente periféricos em relação aos complementos não significa que sejam supérfluos ou irrelevantes para a atividades discursiva.

¹⁷ Registre-se que a constatação de Neves (2018) dialoga com os postulados de Ilari *et al.* (2015), no âmbito do Projeto da Gramática do Português Culto Falado no Brasil, quando discutiram a capacidade da preposição para entrar em diversos ambientes sintáticos. Segundo os autores, as preposições introdutoras de argumentos são apenas aquelas que se “encontram em um grau mais avançado de gramaticalização. Essas preposições caracterizam-se ainda (i) por poderem ser amalgamadas a outros elementos linguísticos, (ii) por terem um sentido mais vago/difuso, e (iii) por conterem, comparativamente, menos material fonético [...]” (p. 178), o que também fora defendido por Bagno (2011).

gramatical, junto com algumas características que as diferenciam dela: *durante, mediante, obstante, embora, exceto, salvo, menos e incluso*. [...] Todas as partículas [...] têm em comum uma característica que as distingue do resto das preposições: não impõem o caso oblíquo aos pronomes que tomam como termo (Bosque & Demonte, 1999: 587, tradução nossa¹⁸).

Logo, essas partículas, que correspondem às nossas preposições acidentais, assim como no português, não introduzem complementos, mas tão somente adjuntos. Isso nos permite, então, generalizar que, do ponto de vista sintático, as preposições essenciais se distinguem das acidentais em virtude de estas não introduzirem complemento, o que implica assumir que as preposições essenciais podem ser predicadoras, mas não as acidentais. É preciso, contudo, ponderar que o fato de as preposições acidentais só introduzirem adjuntos não implica que as preposições essenciais não o façam. Como demonstram os dados de Ilari *et al.* (2015) e de Neves (2018), no português, o traço não marcado para a sintaxe das preposições é a introdução do adjunto, enquanto o traço marcado é a introdução do complemento. Essa é uma função restrita ao grupo das preposições essenciais e, ainda assim, embora estas sejam potenciais aspirantes a ocorrerem em ambientes de complementação, nem todas dispõem das propriedades necessárias para fazê-lo. Acrescente-se a tal distinção outra dela decorrente e que incide diretamente na escolha da preposição. De acordo com Ilari *et al.* (2015: 176), “no processo de complementação, quem seleciona a preposição é a palavra ou sintagma a ser completado; no caso da adjunção, a escolha da preposição depende da natureza do adjunto”. Em termos práticos, isso significa que é muito mais fácil prever a preposição que figura em ambiente sintático de complementação, que aquela que figura no ambiente de adjunção, pois enquanto neste a “preposição é ditada pela natureza do adjunto ou pelo substantivo nele contido” (Ilari *et al.*, 2015: 175), naquele ela é determinada pelo termo regente e, portanto, sujeita às suas

¹⁸ Do original: “Bajo la denominación de ‘preposiciones imperfectas’ agrupamos aquí un conjunto de partículas que habitualmente no se clasifican dentro del grupo de las preposiciones, pero que presentan semejanzas con esta clase gramatical, junto com algunos rasgos que las diferencian de ella: *durante, mediante, obstante, embargante, excepto, salvo, menos e incluso*. [...] Todas las partículas [...] tienen em común una característica que las distingue del resto de las preposiciones: no imponen el caso oblicuo a los pronombres que toman como término” (Bosque & Demonte, 1999: 587).

restrições sintáticas e semânticas¹⁹. Essa especialização funcional e contextual, bem como a maior fixidez (+ estático) do grupo das preposições essenciais em relação às acidentais (+ dinâmico), permitem-nos acrescentar mais um traço distintivo entre os dois grupos: as preposições essenciais tendem a ser mais gramaticalizadas que as preposições acidentais, cujo processo de gramaticalização ainda está em curso, generalização que se alinha com os postulados de Bagno (2011) e de Ilari *et al.* (2015).

Discutida a proposta de subcategorização das preposições segundo a função, passaremos a discuti-la sob a perspectiva da forma. Antes, contudo, apresentaremos, para fins de sistematização do que aqui se propôs, um quadro síntese dos traços especificadores das preposições essenciais e das acidentais na língua portuguesa.

QUADRO 1 - Traços especificadores das preposições essenciais e acidentais

		PREPOSIÇÕES ESSENCIAIS	PREPOSIÇÕES ACIDENTAIS
CRITÉRIO ADOTADO	Semântico	[+ estáticas] = funcionam apenas como preposições	[+ dinâmicas] = funcionam como preposições e como outras classes gramaticais
	Sintático	[± complemento; + adjunto] = podem introduzir complemento e adjunto	[- complemento; + adjunto] = introduzem apenas adjuntos
	Continuum de gramaticalização	[+ gramaticalizadas]	[- gramaticalizadas]

(Fonte: elaborado pela autora)

¹⁹ Perini (2010) denomina de *funcionais* as preposições que ocorrem em contexto de predicação por oposição às *predicadoras*, que ocorrem em contextos de adjunção e cuja função é atribuir papel temático ao sintagma que ajudam a formar.

1.2. Preposições simples e complexas: uma categorização pautada na forma

Outro critério comumente evocado para subcategorizar as preposições é aquele baseado na forma, segundo o qual os itens da classe são classificados como unidades simples ou complexas. Nesse viés, consideram-se como preposições simples aquelas formadas de uma única palavra e, como preposições complexas – ou locuções prepositivas, nos termos tradicionais –, aquelas formadas por mais de um item lexical. Segundo Coutinho (1970 [1938]: 268), “no latim vulgar, era frequente combinar-se uma preposição com outra, resultando disso a formação de uma preposição composta”. Fato é que estabelecer o estatuto de uma locução prepositiva é tarefa bem mais complexa que essa descrição diacrônica possa fazer crer. De acordo com Bosque & Demonte (1999: 579), a locução prepositiva, em um sentido amplo, pode ser definida

como uma expressão constituída por várias palavras, com uma forma fixa, que se utiliza na fala como uma peça única e que apresenta o comportamento típico de uma preposição (expressa o mesmo tipo de relações, aparece nos mesmos contextos sintáticos e alterna com preposições de significado similar) (tradução nossa²⁰).

Em sentido restrito, a locução deve constituir uma verdadeira unidade léxica pertencente à categoria das preposições. “Nesse caso, não possuirá uma estrutura interna produtiva, para a qual duas exigências devem ser satisfeitas: a de fixação ou invariabilidade e a de coesão ou inseparabilidade” (Bosque & Demonte, 1999: 579, tradução nossa²¹). Fica evidente, pois, que a definição de sentido amplo busca articular o conceito tradicional de *locução* com critérios de natureza semântica, sintática e prosódica que envolvem a classe das preposições, enquanto a de sentido restrito tem sua essência na coesão da forma. O problema que se coloca é que, se

²⁰ Do original: “Podemos definir el concepto de ‘locución prepositiva’ como una expresión constituída por varias palabras, con una forma fija, que se utiliza em el habla como una pieza única y que presenta el comportamiento típico de una preposición (expressa el mismo tipo de relaciones, aparece em los mismos contextos sintáticos y alterna com preposiciones de significado similar” (Bosque & Demonte, 1999:579).

²¹ Do original: “En este caso, no poseerá una estructura interna produtiva, para lo cual deben cumplirse dos requisitos: el de la fijación o invariabilidad y el de la cohesión o inseparabilidad” (Bosque & Demonte, 1999: 579).

tais formulações são suficientemente amplas para estabelecer com segurança quais construções podem ser categorizadas como locuções prepositivas no espanhol, o mesmo não se pode admitir em relação ao português. No tocante ao critério sintático, como demonstrado na subseção precedente, mesmo em se tratando de preposições simples, existem algumas restrições, já que, no português, as preposições essenciais atuam em ambiente de transitividade, ao contrário das acidentais. Logo, tal critério seria válido apenas por aproximação, limitando-se à função de elo relacional, o que neutraliza, evidentemente, a distinção com a classe das conjunções. Além disso, ao que parece, as preposições complexas do português, assim como as preposições acidentais, não podem figurar em contextos de complementação, a não ser naqueles de complementos circunstanciais:

- (1) a. Minha mãe mora em frente à igreja.
b. * Minha mãe acredita em frente à igreja.

Essa restrição contextual pode ser explicada pela identidade funcional que aproxima o complemento circunstancial do grupo dos advérbios e das locuções adverbiais²², que, no português, são a base prototípica das locuções prepositivas, tal como defendido por Said Ali (1965) e por Bechara (1999: 301):

Locução prepositiva é o grupo de palavras com valor e emprego de preposição. Em geral a locução prepositiva é constituída de advérbio ou locução adverbial seguida da preposição *de*, *a* ou *com*. [...] Às vezes, a locução prepositiva se forma de duas preposições, como: *de per* (na locução *de per si*), *até a* e *para com*. [...]

OBSERVAÇÃO: O substantivo que às vezes entra para formar estas locuções em geral está no singular; mas plural também é possível: *Viver à custa do pai* (ou *às custas do pai*), *O negócio está em via de solução* (ou *em vias de solução*).

A definição apresentada por Bechara (1999) dialoga intimamente com aquela de sentido amplo proposta por Bosque & Demonte (1999) e, portanto, esbarra na já discutida limitação do critério sintático. No que tange ao critério

²² Ressalte-se que raciocínio análogo levou a Nomenclatura Gramatical Brasileira a abolir o complemento circunstancial, à revelia da natureza predicadora do verbo que o requer, incluindo-o no bojo dos adjuntos adverbiais, conduta endossada por muitos gramáticos normativos.

semântico, a limitação de ambas se ancora na dificuldade de se precisar um sentido que seja comum a todas as preposições, o que poderia ser relativizado, contudo, considerando-se a similaridade de significação referida. Outra solução paliativa, nesse sentido, seria, tal como proposto por Ilari *et al.* (2015: 292),

estender às locuções prepositivas o sentido mais geral a ser atribuído à classe das preposições [...] o de indicar relações espaciais. Se assim procedermos, teremos que classificar como locuções prepositivas as locuções que designam relações espaciais ou relações metafóricas derivadas de relações espaciais.

A despeito de, tal como defendem os autores, essa extensão de valor semântico possibilitar uma descrição bastante rica das relações espaciais do sistema linguístico, não podemos desconsiderar sua insuficiência para permitir estabelecer um estatuto categorial próprio das locuções prepositivas, na medida em que as aproxima, por exemplo, de locuções adverbiais que também perfilam noções espaciais. Uma possível forma de refiná-la seria, talvez, combiná-la com a distribuição de seus elementos constituintes, já que as locuções adverbiais não requerem, como as prepositivas, uma preposição como último elemento do conjunto, conforme ilustram, respectivamente, os exemplos (2) e (3):

(2) O local do acidente fica logo à frente.

(3) Frente ao impasse, a votação da reforma da previdência foi postergada.

Embora, à luz dos exemplos arrolados, o problema possa parecer de fácil solução, o expediente de combinar critério semântico com critério formal de distribuição mostra-se parcialmente eficaz para assegurar a categorização. Segundo adverte Pontes (1992: 50),

o fenômeno é mais complexo do que simplesmente a locução terminar ou não com Prep [preposição]. Existe a possibilidade de elipse do SN, quando o contexto do discurso (seja dentro da S [sentença], seja em ambientes maiores do que S) ou da situação (anafórica ou pragmática) supre a informação. Quando se dá a elipse do SN, a Prep. é elidida

também, porque em português não é geralmente permitido sobrar a Prep. (a não ser em casos especiais), como pode acontecer em inglês.

Outro complicador que se observa é quando, no constituinte em análise, existe um nome que indica lugar, tal como ilustrado nos exemplos a seguir, extraídos de Pontes (1992: 47), com sublinhados nossos:

- (4) “Maria está do lado de Joana”.
- (5) “O livro está do lado esquerdo da casa”.
- (6) “Maria foi lá para os lados de Jacarepaguá”.
- (7) “Coloquei o livro de lado”²³.

Nesses casos, mesmo com a presença da preposição, não é possível reconhecer a locução prepositiva em nenhum dos contextos, fato que leva Pontes (1992: 47) à seguinte formulação:

constatamos que, nas listas de L. Preps. [locuções prepositivas] dos gramáticos, temos graus diferentes de evolução de N, que trazem como consequência o problema de se decidir se se tem uma S. Prep. [sequência preposicionada] formada de Prep. + SN, ou se se tem uma L. Prep. Penso que, conforme o grau de evolução, não se deve considerar a seqüência como L. Prep.

O grau de evolução a que se refere Pontes (1992) corresponde ao estágio de gramaticalização das formas, o que, incontestavelmente, irá interferir tanto na invariabilidade quanto na inseparabilidade da sequência. Segundo observou essa linguista, no português, “há diferentes graus de coesão nas sequências, conforme as palavras sejam mais ou menos invariáveis. Nos casos em que a evolução do N já chegou ao máximo, a coesão da locução foi tal que os gramáticos escrevem como

²³ A autora reconhece que “de lado”, embora tenha uma conotação espacial, difere das demais combinações por indicar, no contexto, mais um modo de colocar o livro que o lugar em que é colocado. Isso mostra que os nomes locativos apresentam graus distintos de conotar a locação, o que, num *continuum*, os aproxima ora da categoria *nome*, ora da categoria *advérbio*. Sem dúvida, essa gradação está diretamente associada ao processo metafórico da gramaticalização, que também envolve ambiguidade. A sentença em (9), sobretudo extraída de seu contexto maior, apresenta uma leitura ambígua, dado que permite ainda compreender a expressão “de lado” não como um lugar físico, mas como um lugar mental, significando à parte, interpretação que se assemelha com a proposta de Talmy (2005) segundo a qual a categoria cognitiva *espaço* pode compreender tanto um espaço físico quanto um espaço mental.

uma palavra só²⁴ (p. 45). Dado que, conforme enunciado no conceito restrito de locução prepositiva formulado por Bosque & Demonte (1999), no espanhol, a coesão é condição imperativa para se estabelecer uma locução prepositiva, podemos inferir que as locuções prepositivas nesse idioma tendem a ser mais gramaticalizadas que aquelas existentes no português, o que nos faz pressupor que, por conseguinte, elas formam uma classe mais aberta na língua de Camões que na de Cervantes.

Para além das particularidades já destacadas, a distribuição dos elementos constituintes das locuções prepositivas parece ser outro fator que diferencia/aproxima as línguas românicas. Enquanto no italiano e no espanhol essas locuções formam-se prioritariamente com uma base nominal, no português, como demonstrado, a base prototípica é adverbial. No italiano, "a forma canônica de locução preposicional é 'preposição + nome + SP': *a confronto di, in confronto a, di fronte a, per mezzo di, in mezzo a, in base a, a paragone com, per opera di, per via di, a causa di, a danno di, etc.*" (Renzi et al., 2001: 544, tradução nossa²⁵). No espanhol, as locuções prepositivas de base nominal "respondem a dois tipos de estrutura: <N + P> (*frente a; cara a; etc.*) e <P + N + P> (*com relación a; a propósito de; etc.*)" (Bosque & Demonte, 1999: 579, tradução nossa²⁶). Registram-se ainda, em menor grau de produtividade, aquelas em cuja base se encontram elementos distintos de nome substantivo: (i) adjetivo/particípio + preposição (*conforme a, debido a, etc.*); (ii) advérbios combinados com preposição (*fuera de, por entremedias de, etc.*); (iii) combinações de preposições (*por bajo de; por contra de*); (iv) combinações de verbos e preposições (*a juzgar por, a partir de*); (v) como seguido de substantivo (*como consecuencia de, como resultado de*). A despeito de as locuções do italiano e do espanhol se construïrem em torno de uma base

²⁴ Ilari et al. (2015) não relacionam a forma de escrita à coesão da forma, tal como Pontes (1992). Segundo esses autores, "algumas locuções já se haviam consolidado quando a gramática e a ortografia fizeram suas sistematizações da língua, e é por isso que escrevemos como uma só palavra *perante* e *desde*, mas separamos "*para com*", ou que escrevemos em duas palavras "*apesar de*" e em três "*a despeito de*" (p. 299), visão que também endossamos.

²⁵ Do original: "La forma canônica di locuzione preposizionale è 'preposizione + nome + SP': *a confronto di, in confronto a, di fronte a, per mezzo di, in mezzo a, in base a, a paragone com, per opera di, per via di, a causa di, a danno di, etc.*" (Renzi et al., 2001: 544).

²⁶ Do original: "[Dichas locuciones] responden a dos tipos de estructura: <N + P> (*frente a; cara a; etc.*) e <P + N + P> (*com relación a; a propósito de; etc.*)" (Bosque & Demonte, 1999: 579).

nominal, o espanhol se distingue do italiano por admitir locução não introduzida por preposição e se aproxima do português naquelas locuções cuja base não é de natureza substantiva. Entretanto, no português, além da distinção quanto à prototipicidade da base, as regras de combinação são mais restritivas, sobretudo naquelas construções em que o vocábulo que combina com a preposição fica invariável e que, portanto, são mais gramaticalizadas:

há uma divisão nítida entre as palavras que ocorrem nas diferentes locuções: há uma classe de palavras que podem ser precedidas da Prep. *em*, e outras que não admitem ser antecedidas desta Prep. Há uma coincidência, que é o fato de as palavras que não podem ser antecedidas de *em* serem invariáveis e poderem ser classificadas como advérbio de lugar. Já as que admitem *em* são Ns: ou substantivos (como *lado*, *frente*, *redor*) ou adjetivo como *baixo*. [...] Fica claro, portanto, que há uma diferença de classes, aí. Há locuções formadas de *em* + N e locuções formadas das outras Preps. + Adv. Em outros casos, a Prep. *de*, final, é opcional (Pontes, 1992: 55).

Fica evidente, a partir da descrição de Pontes (1992), que esse grupo de locução prepositiva do português altamente gramaticalizado é sempre introduzido por preposição e que o subgrupo que tem por base um constituinte nominal, estrutura canônica no espanhol e no italiano, requer a preposição *em*, ao passo que as demais preposições introduzem o subgrupo constituído de base adverbial locativa, motivo pelo qual essa sequência é mais produtiva e, portanto, a canônica na língua portuguesa. Além disso, mesmo no grupo das locuções mais gramaticalizadas, existe a opcionalidade de emprego da preposição final *de*, o que coloca em xeque, como demonstrado, a adoção desse critério para distinguir entre locução prepositiva e adverbial.

2. Proposta de categorização das preposições segundo um critério cognitivo e multissistêmico

Para levarmos ao termo a tarefa a que nos propusemos nesta seção, estamos assumindo que “as palavras, assim como as funções sintáticas, compõem um *quase-continuum*, em oposição à classificação discreta tradicional” (Mello, 1990: 128). Essa

assunção implica admitir que, nesse *continuum*, existem itens que congregam um maior conjunto de traços definidores da categoria que outros e, conseqüentemente, que tais elementos são, por isso, não só mais marcados, como também mais representativos da classe, o que se alinha à noção de protótipo da teoria cognitiva. Ocorre que, para determinarmos qual exemplar é mais nuclear e qual é mais periférico na classe das preposições, necessitamos, primeiramente, definir uma matriz de traços que nos permita comparar o conjunto de itens em termos desse feixe de traços e fixar, com base em critérios quantitativos de preenchimento da matriz, quais são mais representativos da categoria e quais são mais periféricos, assim considerados por congregarem o menor número de traços. No intuito de obter maior alcance descritivo, nossa matriz será construída com base em oito critérios que se distribuirão, inicialmente, por três macro-critérios: (i) categorial, (ii) sintático, (ii) cognitivo. O macro-critério categorial será definido com base no maior grau de gramaticalização da forma, para cujo estabelecimento nos apoiaremos em Bagno (2011) e em Ilari *et al.* (2015). O critério sintático levará em consideração a natureza transitiva do item, isto é, sua potencialidade para atuar como complemento ou como adjunto. O macro-critério cognitivo envolve tanto representações cognitivas ligadas à forma básica das preposições em seu percurso diacrônico, para cuja definição nos apoiaremos em Said Ali (1966 [1921]), em Coutinho (1970 [1938]) e em Cunha (1997 [1982]), quanto aquelas ligadas à transposição de esquemas imagéticos de um domínio a outro, ou seja, o uso metafórico das preposições, para o que seremos subsidiados pelo estudo de Ilari *et al.* (2015). Elucidados os critérios adotados, apresentamos, a seguir, a matriz proposta para estabelecermos os exemplares prototípicos da classe das preposições. Esclarecemos que os exemplares dispostos em nossa matriz se restringem ao conjunto das onze preposições essenciais que são ainda de uso frequente na língua portuguesa contemporânea²⁷.

²⁷ Das dezesseis preposições essenciais ordenadas alfabeticamente em nossos compêndios gramaticais - “*a, ante, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre, trás*” (Bechara, 1999: 301)” - apenas onze são ainda de uso corrente na contemporaneidade e, segundo dados de Ilari *et al.* (2015), somente quatro - *de, em, para* e *a* - respondem por aproximadamente 80% do total de ocorrências da classe no *corpus* do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC). Nossa matriz contempla, assim, apenas as onze preposições que obtiveram frequência superior a 1% no estudo de Ilari *et al.* (2015), que analisou 5.215 ocorrências de preposições extraídas do Projeto NURC. A preposição *sobre*, que pode nos parecer um exemplar prototípico da classe, não alcançou

QUADRO 2 - Matriz de traços definidores da classe das preposições

	CRITÉRIO CATEGORIAL	CRITÉRIO SINTÁTICO		CRITÉRIO COGNITIVO				
		Potencial de transitividade		Representação espacial básica		Uso metafórico		
		+ complemento	+ adjunto	+ posição no espaço	+ deslocamento no espaço	uso espacial	uso temporal	outros usos
	+ gramaticalizada							
A	x	x	x	x	x	x	x	x
ATÉ			x		x	x	x	x
COM	x	x	x	x			x	x
CONTRA			x		x			x
DE	x	x	x	x	x	x	x	x
DESDE			x		x	x	x	x
EM	x	x	x	x	x	x	x	x
ENTRE			x	x		x	x	x
POR	x	x	x		x	x	x	x
PARA	x	x	x		x	x	x	x
SEM			x	x				x

(Fonte: elaborado pela autora)

A análise da matriz acima fornece-nos um mapeamento amplo da classe das preposições e evoca uma série de reflexões, quer voltemos o olhar para as marcações dispostas horizontalmente, quer para aquelas arranjadas verticalmente. Iniciando nossa análise pela disposição horizontal de atendimento aos critérios, percebemos que três preposições (A- DE - EM) preenchem integralmente a matriz, o que significa que são exemplares mais marcados, no sentido de que congregam todos os traços relacionados como definidores da classe. Podem, por isso, ser considerados os itens mais prototípicos da categoria. Curiosamente, esses exemplares estão entre os quatro mais frequentes no *corpus* do Projeto NURC, segundo cômputo de Ilari *et al.* (2015)²⁸.

esse percentual, o que nos levou, por fidelidade ao critério metodológico adotado, a excluí-la da análise na matriz proposta. A produtividade desses onze exemplares sugere que está havendo uma especialização de uso dessas preposições na língua, o que indicia uma acentuação de seu grau de gramaticalização ou, quem sabe, uma proximidade de traços capazes de torná-las exemplares mais prototípicos da categoria.

²⁸ Essa coincidência é, de certo modo, previsível, considerando-se que existe uma correlação estrita entre frequência do item e prototipia.

No *continuum* de prototipia que buscamos estabelecer, dois outros exemplares aproximam-se bastante dos três mais prototípicos, diferenciando-se deles apenas por não marcarem, na sua forma etimológica mais básica, uma posição no espaço, mas um deslocamento ou movimento no espaço²⁹. Trata-se das preposições PARA, que completa o quarteto mais frequente no *corpus* de Ilari *et al.* (2015), e POR. Tomando por parâmetro tanto a proposta de Castilho (2010) para definir a categoria, quanto sua frequência superior à da preposição A nos dados de Ilari *et al.* (2015)³⁰, a preposição PARA poderia ser incluída entre o subconjunto dos itens mais prototípicos da classe. Nossa opção, contudo, até mesmo para nos mantermos fiéis aos critérios propostos em nossa matriz, é considerá-la, na perspectiva do *continuum* que estamos adotando, como um item que gravita em torno do núcleo numa relação de intersecção bastante estreita com ele, o que lhe permite, inclusive, a concorrência com as formas mais nucleares EM e A, mas que apresenta um matiz que o afasta dos demais elementos em alguma medida na linha do *continuum*. É possível que esse matiz da não marcação de uma posição no espaço decorra do fato de que PARA é uma pseudo-forma simples, dado que seu processo de formação decorre da junção de duas outras preposições (*per + ad*)³¹, mas em virtude também dessa especificidade acreditamos que PARA destoa minimamente do grupo das três formas eleitas como protótipos da categoria. Nesse viés, POR alinha-se ao grupo, já que é, assim como seus demais elementos, uma forma simples desde a origem, mas também destoa dele tanto pela marcação negativa do traço *posição no espaço* em sua forma etimológica mais básica, quanto

²⁹ Embora tanto a posição quanto o deslocamento no espaço denotem noções ligadas ao domínio básico da experiência humana, o deslocamento no espaço é uma noção mais abstrata que a posição no espaço, já que envolve movimento de um ponto A para um ponto B, experiência corpórea que motiva operações cognitivas de natureza metafórica. Assim, um exemplar que conota tanto noções concretas quanto mais abstratas do domínio espacial tendem a ser mais prototípicos que aqueles que conotam apenas noções abstratas, porque congregam mais traços da classe.

³⁰ Na pesquisa quantitativa empreendida por Ilari *et al.* (2015: 164) no *corpus* compartilhado do NURC, "as preposições têm uma frequência de uso muito desigual: das 5215 ocorrências registradas [...], 31% pertencem a *de*, 27% a *em*, 12% a *para* e 10% a *a*. [...] As próximas preposições, em ordem de frequência, são *com* (com 8%), *por* (com 5,5%) e *até* (com 1,7%)".

³¹ O fato de a preposição PARA constituir uma pseudo-forma simples muito provavelmente não faz parte do conhecimento linguístico do falante contemporâneo e não foi tomado na matriz como critério para excluí-la do núcleo básico mais prototípico da classe. Tal fato histórico foi apenas evocado como uma explicação possível para essa preposição conotar apenas uma noção espacial mais abstrata, que é o deslocamento no espaço, prescindindo de marcar, como as demais do núcleo básico, a posição no espaço.

pela baixa frequência de uso, segundo dados de Ilari *et al.* (2015). Entendemos, assim, que deva figurar, no *continuum*, ao lado da preposição PARA, com a qual concorre em alguns contextos. Tomando a concorrência das formas em contextos sintáticos como mais um parâmetro de análise, há que se considerar que a preposição POR não concorre com as formas A, EM e DE, consideradas prototípicas, o que constitui mais um argumento em favor do fato de que não existe, entre elas, equivalência de traços capazes de promover a migração de POR para o conjunto dos exemplares mais prototípicos.

O próximo item da classe que reuniu o maior número de critérios, marcando positivamente seis dos oito propostos, é a preposição COM, que, dada sua origem indo-europeia e, portanto, seu longo processo de mudança linguística, hoje é bastante opaca na conotação de noções espaciais, tendo se especializado na denotação de noções relacionais. Pontuando cinco dos critérios propostos, o que, na perspectiva do *continuum*, coloca-as como itens mediais da categoria, aparecem as preposições ATÉ, DESDE e ENTRE, distintas entre si, em termos etimológicos, na especificidade para assinalar movimento (*até* e *desde*) e posição no espaço (*entre*). As duas preposições que traduzem movimento o fazem de perspectivas distintas, já que, no caso de DESDE, o foco é no ponto de partida e, no caso de ATÉ, o alvo é o ponto de chegada, o que permite seu uso em correlação na língua sem incorrer em contradição:

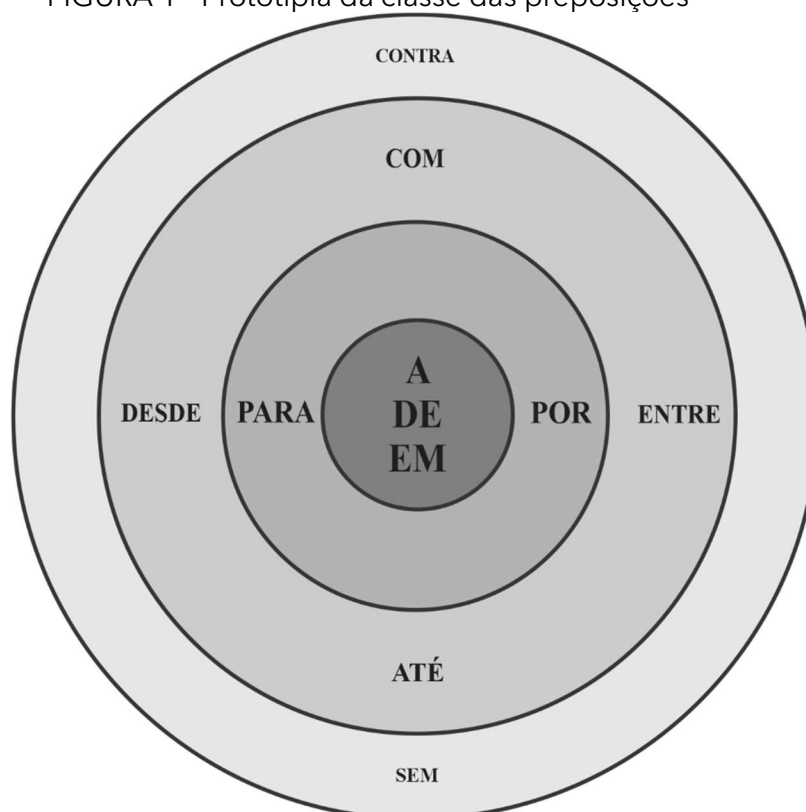
- (8) *Desde* ontem até a data do julgamento os manifestantes permanecerão em vigília.

Os exemplares mais marginais da categoria, computando apenas três e dois critérios, são, respectivamente, as preposições SEM e CONTRA. Aquela, em função de já no latim não se prestar à conotação espacial, especializou bastante seu contexto de uso, restringindo-se, quase que exclusivamente, a marcar privação ou carência. A preposição CONTRA também está bastante restrita aos contextos de oposição e, nos dados de Ilari *et al.* (2015: 197), foi encontrada ainda, apesar de pouco frequente, “em contextos em que marca um *alvo* que não é nem espacial nem temporal, mas em algum sentido psicológico: Eu não tenho nada assim

peçoal *contra* a televisão”. Outro aspecto digno de menção é que, apesar de ser considerada pouco gramaticalizada tanto por Bagno (2011) quanto por Ilari *et al.* (2015), essa partícula é bastante produtiva como prefixo na língua: *contradizer*, *contra-argumentar*, *contra-ataque*, *contrassenso...*, o que pode indiciar o término de um ciclo de gramaticalização, na medida em que está se tornando um afixo. Semelhante função, ainda que com menor produtividade, pode ser identificada também no caso de SEM: *sem-vergonha*, *sem-teto*, *sem-número*, *sem noção...* Avaliamos que essa similaridade funcional seja mais uma evidência em prol do argumento de que são exemplares mais marginais da classe das preposições, conforme estamos propondo.

No intuito de tornar mais visual nossa proposta de categorização da classe das preposições, apresentamos, a seguir, uma figura, na qual procuramos representar graficamente a prototipia proposta:

FIGURA 1 - Prototipia da classe das preposições



(Fonte: elaborado pela autora)

Definido o *continuum* de protótipos da classe das preposições básicas, função precípua da matriz analisada e cujos resultados culminaram na imagem

acima, cabe também um exame dessa classe à luz de uma verticalização dos critérios propostos na referida matriz. Iniciando pelo critério semântico, atestamos o sentido básico espacial da categoria e avaliamos ser possível tornar mais econômica a formulação de Castilho (2010), restringindo-a à proposição de que o sentido de base das preposições, pelo menos dos exemplares mais prototípicos da classe, é reconhecível quando expressam as categorias posição ou movimento no espaço. Os dados dispostos na matriz evidenciam, ainda, que as preposições que cumulam a função de traduzir tanto a posição quanto o movimento no espaço são os exemplares mais prototípicos, o que sugere que a conotação da posição no espaço (função + concreta) é, na perspectiva do *continuum*, o traço mais básico e, portanto, o mais representativo da categoria. Assim, aqueles exemplares que, no seu curso de gramaticalização, preservaram esse traço mostram-se sincronicamente mais salientes.

No tocante ao critério cognitivo, observamos que o uso espacial de base da classe, apesar de bastante produtivo, não pode ser identificado nas preposições *contra* e *sem*, exatamente as mesmas que, conforme demonstramos, estão se tornando uma categoria morfológica produtiva na função de afixo. Em contrapartida, usos outros que não os espaciais e temporais são os mais produtivos, alavancados, segundo entendimento de Bagno (2011: 862), pelas preposições mais gramaticalizadas, que “têm um espectro semântico muito mais amplo e difuso que as outras, o que lhes permite funcionar de maneira mais versátil como elementos juntores, adjuntos e complementadores”. A formulação de Bagno (*op. cit.*) contraria, contudo, os pressupostos da gramaticalização, mais especificamente no que propõem os princípios da especialização e da persistência formulados por Hopper (1991) e que são endossados pelos dados de nossa matriz. Combinando o critério categorial com o critério sintático, verificamos uma correlação biunívoca entre o maior grau de gramaticalização da preposição e seu potencial transitivo, já que apenas as preposições mais gramaticalizadas podem introduzir complementos. Isso comprova uma especialização de função sintática no âmbito da classe das preposições essenciais, já que nem todas estão aptas a figurar em ambientes de complementação, embora todas possam ocorrer em ambiente de adjunção.

Uma análise mais incisiva do critério sintático faz emergir, ainda, outras questões relevantes, na medida em que confirma a tese de que todas as preposições essenciais podem introduzir adjunto, mas restringe a introdução do complemento às preposições mais gramaticalizadas, limitando, em alguma medida, a proposta formulada no quadro 01 para distinguir preposições essenciais de preposições acidentais, sobretudo se interpretada numa perspectiva meramente dicotômica. Segundo tal proposta, as preposições essenciais são mais gramaticalizadas que as acidentais e, ao contrário destas, são potencialmente introdutoras de complementos. O refinamento da análise propiciado pela matriz de traços evidencia, pois, que a perspectiva polarizada de definição dos traços precisa ser lapidada, de modo a contemplar o intervalo compreendido entre os dois pólos. Desse modo, considerando-se a perspectiva do *continuum* com a qual estamos trabalhando, temos que admitir que, mesmo no rol das preposições essenciais, cujo grau de gramaticalização é efetivamente maior que o das acidentais, existe um grupo que está mais gramaticalizado, o que lhe faculta figurar em ambiente sintático de complementação, funcionando, assim, como um morfema que traduz uma relação sintática abstrata ligada à marcação de casos gramaticais. Esse dado atesta, portanto, uma correlação entre maior grau de gramaticalização e ambiente de complementação e, conseqüentemente, uma especialização sintática no rol das preposições essenciais. Os dados dispostos na matriz, cotejados com aqueles da figura 01, nos permitem perceber que apenas as preposições prototípicas e aquelas que ocupam a zona intermediária do *continuum* de prototipia da classe, quais sejam, A, DE, EM, PARA, POR e COM, podem figurar em contextos de complementação, o que confirma a existência de um potencial funcional distinto entre as duas subcategorias de preposição, uma vez que as preposições acidentais não apresentam potencial para figurar em contextos de complementação, restringindo-se àqueles de adjunção.

Considerações finais

As reflexões aqui empreendidas acerca das preposições demonstram algumas idiosincrasias dessa classe que, ao contrário das demais formas

linguísticas, constitui uma categoria intermediária no *continuum* léxico > gramática. Semelhante estatuto atesta não apenas seu potencial predicativo e relacional, como também a necessidade de se concebê-la numa perspectiva multissistêmica, evitando, assim, as subcategorizações dicotômicas. De tudo que aqui se discutiu, fica claro que está havendo uma especialização de usos na classe dos vocábulos tradicionalmente concebidos como preposições básicas ou essenciais, o que contribui para a redução dos itens da categoria. A análise empreendida acusou que, além da concorrência entre certas formas, que culmina inevitavelmente na eleição de algumas em detrimento de outras, tal especialização se dá tanto no plano semântico, quanto no plano sintático e no morfológico. Assim, enquanto alguns exemplares da categoria marcam tanto posição quanto movimento no espaço, outros denotam apenas uma dessas funções; além disso, apenas um conjunto restrito desses exemplares figura em contexto de complementação, o que se alinha ao maior grau de gramaticalização do item; há, também, aqueles que já se encaminham para um estágio mais avançado do processo de gramaticalização, funcionando, assim, como uma categoria morfológica que faculta ao falante ampliar o léxico por meio da formação de novas palavras, qual seja, o afixo.

Isso mostra que, de fato, a classe das preposições é semiaberta, no sentido de que, tal como observam Ilari *et al.* (2015: 299), diante da dificuldade de se criarem novas preposições, “as necessidades expressivas que poderiam ser cobertas por novas preposições vêm sendo supridas há muito tempo pela criação de locuções em que algum substantivo tem um papel essencial”. Essa dinâmica de renovação expressiva da língua pautada numa base nominal, se comparada com o padrão observado no italiano e no espanhol, leva à conclusão de que esse é um expediente fértil que aproxima as línguas do tronco românico, ao mesmo tempo em que sinaliza que a criação de locuções prepositivas a partir de bases adverbiais é um recurso linguístico já não tão produtivo no português, como registrado outrora, quando essa produtividade foi responsável por definir seu padrão canônico atestado por Said Ali (1965) e por Bechara (1999). Esse movimento diacrônico da língua, contudo, é não só legítimo, como também expectado, dado tratar-se de um sistema vivo e complexo. Nessa dinâmica, ao lado das locuções prepositivas, vocábulos integrantes de outras categorias também têm funcionado, às vezes,

como preposições, o que sinaliza que a subcategoria das preposições acidentais é o *locus* da expansão da categoria, ao passo que a subcategoria das preposições essenciais parece, de fato, fechada.

As generalizações aqui alcançadas evocam, indubitavelmente, outras questões de pesquisa, entre as quais, por exemplo, (i) se as preposições acidentais se conformam, em alguma medida, à matriz de traços proposta para as preposições básicas e, em caso afirmativo, se constituem exemplares mais ou menos periféricos; (ii) se haveria alterações no *continuum* de prototipicidade das preposições básicas quando estas integram locuções prepositivas ou quando se combinam com verbos com múltiplas valências. Isso demonstra o potencial investigativo que as preposições representam e nos convida a aprofundar o estudo dessas “pequenas notáveis”.

Referências

- Azeredo, J. C. de. (1999). *Iniciação à sintaxe do português* (5ª ed.). Jorge Zahar Editor.
- Bagno, M. (2011). *Gramática pedagógica do português*. Parábola.
- Bechara, E. (1999). *Moderna Gramática Portuguesa* (37ª ed.). Lucerna.
- Bosque, I., & Demonte, V. (1999). *Gramática descriptiva de la Lengua Española: sintaxis básica de las clases de palabras*. Espasa Calpe.
- Brenda, M. (2014). *The cognitive perspective on the polysemy of the English spacial preposition OVER*. Cambridge Scholars Publishing: Unabridged edition.
- Câmara Jr., J. M. (1989). *Princípios de linguística geral, como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa* (7ª ed.). Padrão Livraria Editora.
- Castilho, A. T. de. (2007). Abordagem da língua como um sistema complexo. Contribuições para uma nova Linguística Histórica. In A. T. de Castilho, M. A. Torres Morais, R. E. V. Lopes, & S. M. L. Cyrino (Orgs.), *Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Homenagem a Mary A. Kato* (pp. 329-360). Pontes / Fapesp.
- Castilho, A. T. de. (Org.). (2009). *História do português paulista*. Série Estudos (vol. 1). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.
- Castilho, A. T. de. (2009a). An approach to language as a complex system. New issues in Historical Linguistics. In A. Vanderi (Org.), *Para a História do Português Brasileiro* (Vol. VII: Vozes, veredas, voragens) (pp. 1-44). Editora da Universidade Estadual de Londrina (Republicado em A.T. de Castilho - Org. 2009, 119-136).
- Castilho, A. T. de. (2009b). Para uma análise multissistêmica das preposições. In A. T. de Castilho, *História do português paulista*. Série Estudos (vol. 1) (pp. 279-332). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.
- Castilho, A. T. de. (2010). *Nova Gramática do Português Brasileiro*. Editora Contexto.

- Coutinho, I. de L. (1970). *Pontos de gramática histórica* (6ª ed.). Livraria Acadêmica.
- Cunha, A. G. da. (1997). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira.
- Dubois, J. (1997). *Dicionário de linguística*. Cultrix.
- Fauconnier, G. (1997). *Mappings in Thought and Language*. Cambridge University Press.
- Ilary, R., Castilho, A. T. de, Leitão, M. L., Kleppa, L., & Basso, R. M. (2015). A preposição. In R. Ilary (Org.), *Gramática do português culto falado no Brasil. Volume IV: palavras de classe fechada* (pp. 163-310). Contexto.
- Hopper, P. (1991). On some principles of grammaticalization. In E. C. Traugott, & B. Heine (Orgs.). *Approaches to grammaticalization* (pp. 17-36). John Benjamins.
- Jackendoff, R. (1983). *Semantics and Cognition*. MIT Press.
- Jackendoff, R. (1987). *Consciousness and the Computational Mind*. MIT Press.
- Jackendoff, R. (1990). *Semantic Structures*. MIT Press.
- Jackendoff, R. (1992). *Languages of the Mind*. MIT Press.
- Langacker, R. (1987). *Foundations of Cognitive Grammar* (vol. I). Stanford University Press.
- Langacker, R. (1991). *Foundations of Cognitive Grammar* (vol. II). Stanford University Press.
- Langacker, R. (2009). Refleções on the functional characterization of spatial prepositions. *Belgrade English Language and Literature Studies (Belgrade BELLS)*, 1, 9-34.
- Luraghi, S. (2003). *On the meaning of prepositions and cases: the expression of the semantic roles in Ancient Greek*. John Benjamins Publishing Company.
- Martelotta, M. E., & Palomanes, R. (2009). Linguística cognitiva. In M. E. Martelotta (Org.), *Manual de linguística* (pp. 177-192). Contexto.
- Mello, H. (1990). *Adjetivos - categoria fronteira* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Neves, M. H. de M. (2018). *A gramática do português revelada em textos*. Editora UNESP.
- Oliveira, R. P. de. (2001). Semântica. In F. Mussalim, & A. C. Bentes (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras* (vol. 2). Cortez.
- Perini, M. A. (2010). *Gramática do Português Brasileiro*. Parábola Editorial.
- Pontes, E. (1992). *Espaço e tempo na Língua Portuguesa*. Pontes.
- Renzi, L., Salvi, G., & Cardinaletti, A. (2001). *Grande gramática italiana di consultazione* (vol. 1). Società editrice il Mulino.
- Said Ali, M. (1966). *Gramática histórica da Língua Portuguesa*. Melhoramentos.
- Said Ali, M. (1965). *Gramática secundária da Língua Portuguesa*. Melhoramentos.
- Saint-Dizier, P. (2006). *Syntax and semantics of prepositions*. Springer.
- Talmy, L. (2005). The fundamental system of spatial schemas in language. In B. Hampe, & J. E. Grady (Ed.), *From perception to meaning: image schemas in Cognitive Linguistics* (pp. 199-234). Mouton de Gruyter.
- Tyler, A., & Evans, V. (2003). *The semantics of English prepositions: spatial scenes, embodied meaning and cognition*. Cambridge University Press.
- Vilela, M., & Koch, I. V. (2001). *Gramática da Língua Portuguesa*. Almedina.